

RECURSO ESPECIAL Nº 1.831.681 - MG (2019/0239285-6)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
RECORRIDO : VANUZA GONCALVES DA SILVA
RECORRIDO : CLAUDIA MOLINA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão que acolheu os embargos de declaração defensivos, declarando extinta a punibilidade dos delitos praticados por Claudia Molina.

Sustenta o Ministério Público violação do art. 117, IV, do CP.

Afirma a não ocorrência da prescrição da pretensão punitiva, sob o argumento que, *por força de disposição expressa de lei (CP, art. 117, IV), considera-se o acórdão que confirma a condenação ou mesmo diminui a pena imposta como causa interruptiva da prescrição* (fl.600), por ser, *em verdade, um acórdão condenatório, formal e materialmente* (fl. 603).

Requer o provimento do recurso, a fim de que seja afastada a prescrição.

Contra-arrazado e admitido na origem, manifestou-se o Ministério Público Federal pelo improvimento do recurso.

É o relatório.

Decido.

Quanto ao reconhecimento da prescrição, o voto condutor, proferido nos embargos de declaração, assim referiu (fls. 584-585):

Interrupção do prazo prescricional

O art. 117, inciso IV, do Código Penal dispõe que o curso da prescrição interrompe-se pela publicação da sentença ou acórdão condenatórios recorríveis. Depreende-se da leitura do referido dispositivo legal que o acórdão confirmativo da sentença penal condenatória não interrompe o curso da prescrição. Ou seja, somente aqueles em que há condenação no segundo grau têm esse poder.

O STJ entende também que o acórdão confirmatório da sentença condenatória, ainda que modifique a pena aplicada, não é considerado marco interruptivo da prescrição da pretensão punitiva (cito):

[...]

Considerando que não houve interposição de recurso pela acusação, houve o trânsito em julgado da condenação para a acusação. Assim, a prescrição regula-se pela pena em concreto, ou seja, pelo montante de pena imposta na sentença ou no acórdão, conforme art. 110, §º, do CP.

O fato ocorreu em 22/08/2008. A denúncia foi recebida em 23/03/2011 (fl. 158). A sentença condenatória foi publicada em 04/04/2014 (fl. 343),

fixando para o apelante a pena-base de 01 (um) ano de reclusão pela prática do delito do art. 304 c/c o art. 298, ambos do CP, e em 02 anos de reclusão pela prática do delito do art. 304 c/c o art. 297, ambos do CP. Este tribunal negou provimento ao apelo da ré.

Ausentes circunstâncias agravantes e atenuantes, essas penas ficaram definitivas nesses montantes.

As penas fixadas em 01 ano de reclusão e em 02 anos de reclusão prescrevem em 04 (quatro) anos, consoante o art. 109, V, do CP.

No caso, ocorreu a prescrição, na modalidade superveniente, pela pena em concreto, entre a data da publicação da sentença e a presente data, eis que ultrapassados mais de 04 (quatro) anos desde aquele marco interruptivo da prescrição, conforme o art. 110, § 1º, c/c os arts. 107, V e 109, V, do Código Penal.

Pelo exposto, acolho os embargos de declaração para declarar extinta a punibilidade da ré CLAUDIA MOLINA pela prática dos delitos descritos no art. 304 c/c o art. 298 e art. 304 c/c o art. 297, todos do CP, com fundamento nos arts. 110, § 1º; 107, IV; e 109, V, e, ainda, nos arts. 61 do CPP.

Tal entendimento está em consonância com o adotado por esta Corte no sentido de que o acórdão confirmatório da condenação não constitui marco interruptivo da prescrição. Nesse sentido:

PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. TERMO INICIAL. TRÂNSITO EM JULGADO PARA A ACUSAÇÃO. INTERPRETAÇÃO DO ART. 112, I, DO CÓDIGO PENAL. ACÓRDÃO CONFIRMATÓRIO DA CONDENAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA DE NOVO MARCO INTERRUPTIVO. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. A atual jurisprudência majoritária desta Corte Superior é firme em assinalar que o termo inicial para a contagem do prazo prescricional da pretensão executória é o trânsito em julgado da sentença condenatória para a acusação, e não para ambas as partes, prevalecendo a interpretação literal do art. 112, I, do CP, mais benéfica ao condenado.

2. Do mesmo modo, **a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça entende que o acórdão confirmatório da sentença não constitui marco interruptivo da prescrição, ainda que modifique a pena imposta.**

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AgRg no REsp 1761846/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 28/05/2019, DJe 04/06/2019)

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. FURTO QUALIFICADO. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. ACÓRDÃO CONFIRMATÓRIO DA CONDENAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA DE NOVO MARCO

INTERRUPTIVO DA PRESCRIÇÃO. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO IMPROVIDO.

1. **Nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, o acórdão que confirma a condenação não constitui marco interruptivo da prescrição.**

2. Transcorrido lapso temporal superior a 3 anos desde a publicação da sentença condenatória, último marco interruptivo da prescrição, até a presente data, opera-se a prescrição da pretensão punitiva estatal.

3. Agravo regimental improvido.

(AgRg no HC 394.467/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 20/02/2018, DJe 26/02/2018)

Estando, portanto, o acórdão recorrido em consonância com o entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça, incide a Súmula 83/STJ, a obstar o processamento do recurso especial, inclusive o interposto com base no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator